



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

DANIEL DE ARRUDA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA PORTADORES DE HIDROCEFALIA: DESAFIOS
ENFRENTADOS POR PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

CAMPINA GRANDE

2018

DANIEL DE ARRUDA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA PORTADORES DE HIDROCEFALIA: DESAFIOS
ENFRENTADOS POR PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, em formato de artigo de revisão, apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Goretti da Cunha Lisboa

CAMPINA GRANDE

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586e Silva, Daniel de Arruda.

Educação inclusiva para portadores de hidrocefalia [manuscrito] : desafios enfrentados por professores de Educação Física / Daniel de Arruda Silva. - 2018.

27 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2018.

Orientação : Profa. Dra. Maria Goretti da Cunha Lisboa, Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação Física - CCBS.

1. Educação Física. 2. Educação inclusiva. 3. Hidrocefalia.
4. Inclusão.

21. ed. CDD 613.7

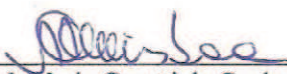
DANIEL DE ARRUDA SILVA


**EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA PORTADORES DE HIDROCEFALIA: DESAFIOS
ENFRENTADOS POR PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

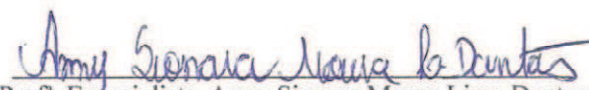
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, em formato de artigo de revisão, apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Aprovado em: 07/06/2018

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a. Dr.^a. Maria Goretti da Cunha Lisboa (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.^a. Dr.^a. Regimênia Maria Braga de Carvalho
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.^a. Especialista. Anny Sionara Moura Lima Dantas
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais, meus maiores mestres.
Aqueles que em algum momento de sua vida receberam o diagnóstico de hidrocefalia. Aos professores de Educação Física, em sua missão de ensinar, aprender e integrar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, a Deus, que sempre me deu forças para superar todas as adversidades e me mostrou os caminhos a serem seguidos.

Aos meus pais, que são os meus grandes exemplos, que lutaram comigo para que conseguisse realizar este sonho, dedicaram tanto do seu tempo e seu esforço para que eu pudesse chegar até aqui.

A minha noiva, Juliana, que sonhou tudo comigo, viveu intensamente cada momento, me ajudou a superar os momentos difíceis e vibrou comigo todas as vitórias.

Agradeço a minha turma do DEF, que tornou cada tarde de muito estudo e dedicação mais prazerosa, em especial a Anderson, Dário, Gnaldo e Renan, que estiveram comigo desde o primeiro trabalho acadêmico, a Lanna e Bárbara, colegas e amigas que estiveram presentes durante esta caminhada.

A minha orientadora Prof. Dr^a Maria Goretti, da Cunha Lisboa, por ter me dado a oportunidade de entrar no meio docente através do PIBID, me atendido sempre que precisei de ajuda e colaborar diretamente para a realização deste sonho.

A Prof. Especialista. Anny Sionara Moura Lima Dantas e Prof. Dr^a. Regiménia Maria Braga de Carvalho, pelas inúmeras oportunidades que me deram durante a graduação, e aceitarem participar como examinadoras na minha banca de TCC, contribuindo com minha carreira acadêmica.

A todos, meu muito obrigado!

“Deem graças em todas as circunstâncias,
pois esta é a vontade de Deus para vocês
em Cristo Jesus.”

(1 Tessalonicenses 5:18)

EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA PORTADORES DE HIDROCEFALIA: DESAFIOS ENFRENTADOS POR PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

SILVA, Daniel de Arruda

RESUMO

A história da Educação Física no Brasil compreende desde a chegada dos colonos, imigrantes e militares. Com o passar do tempo, os adeptos às atividades físicas, uniram esforços para torná-la uma profissão legítima. Desde o início da sua história, a profissão apresentou diferentes abordagens quanto à sua concepção e aplicação de conceitos na sociedade, ultrapassando os limites físicos das escolas, assumindo o papel de agente de reabilitação e reintegração de pessoas com deficiência. Destaca-se a hidrocefalia, sendo esta patologia, objeto de estudo deste artigo. Hidrocefalia segundo Pimenta (2012) pode ser classificada como uma desordem ocorrida devido ao acúmulo do líquido cefalorraquidiano (LCR) dentro dos ventrículos cerebrais. Dada a importância do entendimento da hidrocefalia, como componente para o processo de inclusão do aluno com deficiência, o presente estudo tem como objetivo analisar as dificuldades que os professores de Educação Física enfrentam para auxiliar as pessoas com algum tipo de deficiência, sobretudo no processo de inclusão de portadores de hidrocefalia. O estudo caracteriza-se como artigo de revisão de literatura de tipo integrativa. A análise dos resultados ocorreu após seleção de artigos que contemplassem o tema. Em suma, o professor de Educação Física assume papel excepcional de agente inclusivo nas escolas. Após a análise dos dados é possível afirmar a importância de educar num mesmo lugar, onde as dificuldades não são vistas como problemas, mas como diversidade. Sendo a falta de preparação e capacitação a maior dificuldade enfrentada por educadores físicos neste processo de inclusão.

Palavras-chave: Educação Física, Educação Inclusiva, Hidrocefalia, Inclusão.

INCLUSIVE EDUCATION FOR HYDROCEPHALUS CARRIERS: CHALLENGES FACED BY TEACHERS OF PHYSICAL EDUCATION

SILVA, Daniel de Arruda

ABSTRACT

The history of physical education in Brazil has comprised since the arrival of the settlers, immigrants and military. As time went on, the adepts of physical activity joined efforts to make it a legitimate profession. From the beginning of its history, the profession presented different approaches to its conception and application of concepts in society, beyond the physical limits of schools, assuming the role of rehabilitation and reintegration agent of people with disabilities. Stands out hydrocephalus, being this pathology the object of study in this article. Hydrocephalus according to Pimenta (2012) may be classified as a disorder due to cerebrospinal fluid (CSF) accumulation within the cerebral ventricles. Given the importance of the understanding of hydrocephalus as a component for the inclusion process of students with disabilities, the present study aims to analyze and discuss the difficulties that Physical Education teachers face in assisting people with some type of disability, especially in the inclusion process of hydrocephalus carriers. The study is characterized as an article of literature review of an integrative type. The analysis of the results occurred after selection of articles that contemplated the theme. In short, the Physical Education teacher assumes an exceptional role as inclusive agent in schools. After data analysis, it is possible to affirm the importance of educating in the same place, where difficulties are not seen as problems, but as diversity. Being the lack of preparation and training the greatest difficulty faced by physical educators in this inclusion process.

Keywords: Physical Education, Inclusion Education, Hidrocephalus, Inclusion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma processo de seleção de artigos	17
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. População residente por tipo e severidade de deficiência	13
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Pesquisas selecionadas para construção do estudo	19
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LBDen: Diretrizes e Bases da Educação Nacional

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LCR: Líquido cefalorraquiano

DVP: Derivação ventrículo peritoneal

DVA: Derivação ventricular externa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. METODOLOGIA	16
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
5. REFERÊNCIAS	25

1. INTRODUÇÃO

A história da Educação Física no Brasil compreende desde a chegada dos colonos, imigrantes e militares, ao se organizarem para elaborar atividades que pudessem oferecer lazer e disciplina corporal. De acordo com Souza Neto (2004), a mais significativa contribuição foi dos militares, que criaram regras, demarcaram territórios e utilizaram a atividade física para alcance de seus objetivos.

Com o passar do tempo, os adeptos às atividades físicas, uniram esforços para tornar a Educação Física uma profissão legítima. A legitimidade desta foi conquistada no ano de 1939, através do decreto lei n. 1212 com a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos e da Universidade do Brasil, passando a ser currículo obrigatório na educação básica.

No entanto, desde o início da história da Educação Física, a profissão apresentou diferentes abordagens quanto à sua concepção e aplicação de conceitos na sociedade, ultrapassando os limites físicos das escolas e assumindo o papel de agente de reabilitação e reintegração de pessoas com deficiência. De acordo com o Ministério Público do Paraná, deficiência pode ser entendida como uma limitação do indivíduo, para um modelo social e mais abrangente, que compreende a deficiência como resultado das limitações e estruturas do corpo, mas também da influência de fatores sociais e ambientais do meio no qual a pessoa está inserida.

Ainda sobre deficiência, a Organização das Nações Unidas no Brasil, afirma que cerca de 1 bilhão de pessoas vivem com alguma deficiência, ou seja, uma em cada sete pessoas no mundo. Apesar de o dado ser alarmante, a escassez de outras estatísticas contribui para a reduzida visibilidade destas pessoas. Fator relevante, no que diz respeito ao desenvolvimento de estudos e medidas que visem melhorar a vida destas pessoas.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 institui a educação como direito de todos. As Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBen) – Lei n.9.394/96 estabelecem que as pessoas com deficiência devem ter um atendimento pedagógico especializado (BRASIL, 1988, 1996). A legislação funciona como suporte para que exista essa inclusão e, conseqüentemente o aluno com deficiência tenha seus direitos assegurados.

Segundo Unigranrio (2015),

Conforme o Art. 1º do Decreto-lei Nº 1.044, de 21 de outubro de 1969 são considerados merecedores de tratamento excepcional os alunos de qualquer nível de ensino, portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados por:

a) incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares; desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes;

b) ocorrência isolada ou esporádica;

c) duração que não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico de aprendizado, atendendo a que tais características se verificam, entre outros, em casos de síndromes hemorrágicas (tais como a hemofilia), asma, cartide, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas, etc.

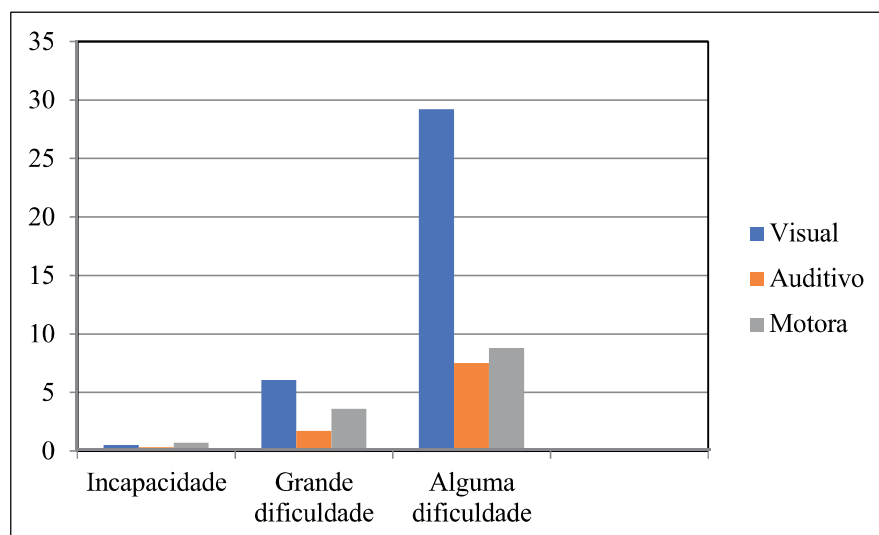
O Decreto de Lei número 1.044, de 21 de outubro de 1969, garante à estudante grávida, a partir do oitavo mês de gestação.

Discutir sobre as formas mais eficazes de pessoas com algum tipo de deficiência serem incluídas na sociedade deve representar um compromisso de todas as pessoas, o que é ressaltado por Mendes (2003, p.29), como “o paradigma da inclusão tornou-se, no final do século XX, palavra de ordem em praticamente todas as ciências humanas”.

Para Mitltler (2003), a evolução para a questão da inclusão se deu pelo fato da sociedade exigir mudanças, e não por causa de ações políticas. Logo, percebe-se que a inclusão apresenta-se como uma causa de cunho social, bem como uma exigência para com os órgãos públicos. Trazendo o contexto de pessoas com deficiência para a realidade brasileira, dados do IBGE (2017) apontam que 45,6 milhões de pessoas relatam ter algum tipo de deficiência, seja ela visual, auditiva, motora ou mental. Ainda de acordo com os dados anteriores, estas pessoas não vivem em uma sociedade adaptada, pois a grande maioria das prefeituras não promovem políticas de acessibilidade.

Os dados anteriores podem ser melhor entendidos de acordo com o gráfico abaixo.

Gráfico 01: População de residentes no país por tipo e severidade de deficiência.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010)

Levando em conta o aumento do número de pessoas com deficiência na sociedade brasileira, é totalmente necessário que o professor de Educação Física seja capaz de entender e compreender as individualidades de cada aluno, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do mesmo.

Gorgatti e Costa (2005) afirmam ser muito importante focar nas habilidades que serão trabalhadas, onde os professores terão que escolher atividades que estejam de acordo com a realidade dos alunos. Como mostrado no gráfico 01, há inúmeras pessoas com algum tipo de deficiência, cada uma com sua especificidade, fazendo com o que o professor tenha que selecionar atividades apropriadas para a necessidade e faixa etária.

Dentre várias patologias de cunho neurológico, destaca-se aqui a hidrocefalia, objeto de pesquisa do presente estudo. Segundo Pimenta (2012), hidrocefalia pode ser classificada como uma desordem ocorrida devido o acúmulo do líquido cefalorraquidiano (LCR) dentro dos ventrículos cerebrais, gerando como consequência uma dilatação que implica num desequilíbrio entre a produção e absorção desse líquido, e por fim, aumento da pressão intracraniana. Quando ocorre antes da fusão das suturas cranianas, causa um crescimento no crânio, que é clinicamente conhecida como “*hydrocephalus*”.

Segundo Prates e Zanon-Colange (2005), as manifestações da hidrocefalia estão relacionadas a idade dos pacientes e a velocidade do aparecimento dos sintomas. Em bebês recém-nascidos, o sintoma mais visível que se encontra, é o aumento considerável do perímetro cefálico.

A hidrocefalia é de fácil detecção durante o pré-natal, sendo o diagnóstico feito a partir do segundo trimestre de gestação, através de avaliações ventriculares (CAVALCANTI; SALOMÃO; 2003). Quando diagnosticada ainda na gestação ou logo após o nascimento, a criança é nomeada como hidrocefálico congênito. Podendo ser também adquirida em qualquer momento da vida, como por exemplo na fase adulta, onde os sintomas são detectados a partir de manifestações agudas, como o aumento da pressão intracraniana, que ocasiona o vômito e a cefaleia. Enquanto não é tratada a tempo, ela pode causar déficit na coordenação motora, coma e alteração no ritmo respiratório (PRATES e ZANON-COLANGE; 2005).

O tratamento é quase sempre cirúrgico, porém alguns medicamentos são utilizados como tentativa de diminuir a produção líquórica. Um grande avanço no tratamento é o uso de drenagens valvuladas unidirecionais com objetivo de mandar o líquido em excesso para outras cavidades neurais (JUCÁ et al., 2002).

O uso de sistemas de drenagens sempre foi comum no tratamento da hidrocefalia. Com o desenvolvimento de estudos sobre a hidrocefalia, surgem os sistemas de derivação, sendo

estes: Derivação Ventriculoperitoneal (DVP), Derivação Ventriculoatrial (DVA) ou a Derivação Ventricular Externa (DVE), sendo funcionalidade em comum destas, a melhoria do quadro clínico, bem como da qualidade de vida do paciente. Apesar de a derivação poder ser feita para o meio externo ou para o átrio direito ou esquerdo, a derivação mais utilizada é a ventriculoperitoneal (DVP) (JUCÁ et al., 2002). A DVP é um método onde o líquido é drenado para a bexiga, através de uma válvula, sendo expulso do corpo através da urina.

Quanto mais rápido for o diagnóstico, mais rapidamente o tratamento será feito e o paciente terá melhores condições para viver. Para Stauffer (1989) não existe relação entre o tamanho da massa cefálica e a inteligência. Crianças com 10 mm de espessura cerebral podem desenvolver uma inteligência normal. Cerca de 50% das crianças operadas precocemente apresentam uma inteligência totalmente normal.

Considerando as particularidades da Hidrocefalia, é fundamental um acompanhamento na fase escolar. Para que o professor de Educação Física possa contribuir de maneira eficaz no atendimento escolar às crianças com hidrocefalia, promovendo atividades que objetivem o desenvolvimento físico e motor dos alunos, é fundamental que ele tenha conhecimento sobre a patologia, possibilitando que os alunos com a hidrocefalia participem das aulas de Educação Física, a partir de algumas modificações que possibilitem a inclusão (DUTRA; SILVA; ROCHA, 2006).

Aguiar e Duarte (2005) afirmam que a Educação Física é culturalmente uma forma de desenvolvimento de capacidades e habilidades físicas, priorizando a área esportiva e competitiva, podendo provocar uma exclusão de pessoas que são consideradas erroneamente por muitos como menos capazes. A Educação Física sendo vista por outro lado, como meio de inclusão valorizando características individuais, pode ser um instrumento de inclusão no ambiente escolar.

Mendes (2010) indica que o uso do termo “educação inclusiva” foi uma aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial denominado “Inclusão Social”, que busca a equiparação de oportunidade para todos, através da Educação Especial.

Levando em conta a extrema necessidade de melhor compreender a atuação do profissional de Educação Física no atendimento especializado a pessoas com hidrocefalia, o presente artigo busca responder a seguinte problemática: Quais as dificuldades que os professores de Educação Física enfrentam para auxiliar as pessoas com algum tipo de deficiência, sobretudo no processo de inclusão de portadores de hidrocefalia?

Ao receber o diagnóstico, talvez tardio, de hidrocefalia, sendo estudante de Educação Física e futuro profissional, este estudo surge como uma grande oportunidade de busca por

conhecimento sobre a doença, bem como uma oportunidade de inverter os papéis de paciente diagnosticado com possibilidade de perda da visão e necessidade urgente de intervenção cirúrgica, para agente de recuperação e reabilitação dentro e fora dos espaços educativos, sendo o pontapé inicial, esta pesquisa. Uma vez que mesmo após a intervenção cirúrgica não foram percebidas nenhuma sequela ou déficit visual, intelectual ou motor, um estudo desta natureza pode servir de embasamento para futuras pesquisas sobre intervenções pedagógicas do professor de Educação Física.

Percebe-se que em nossa sociedade há uma lacuna no que se diz a sistematização do cuidado pedagógico, o que é um estímulo para desenvolvimento deste artigo. Considerando que conhecer as limitações cognitivas torna-se necessário para, assim, buscar formas pedagógicas para o desenvolvimento psicomotor do aluno com hidrocefalia, de acordo com as condições de cada portador da doença, o desenvolvimento de estudos e debates acerca dessa compreensão se tornam fundamentais.

Para a formação do professor, o presente estudo oferece uma grande contribuição, considerando a importância de se compreender o aluno com algumas particularidades neurais, influenciando algumas atividades educacionais, assim, estimulando um processo pedagógico planejado e reflexivo. Considerando as contribuições pretendidas acima expostas, justifica-se a relevância desta pesquisa.

Dada a sua importância como componentes para o processo de inclusão do aluno com deficiência, o presente estudo tem como objetivo analisar as dificuldades que os professores de Educação Física enfrentam para auxiliar as pessoas com algum tipo de deficiência, sobretudo no processo de inclusão de portadores de hidrocefalia.

2. METODOLOGIA

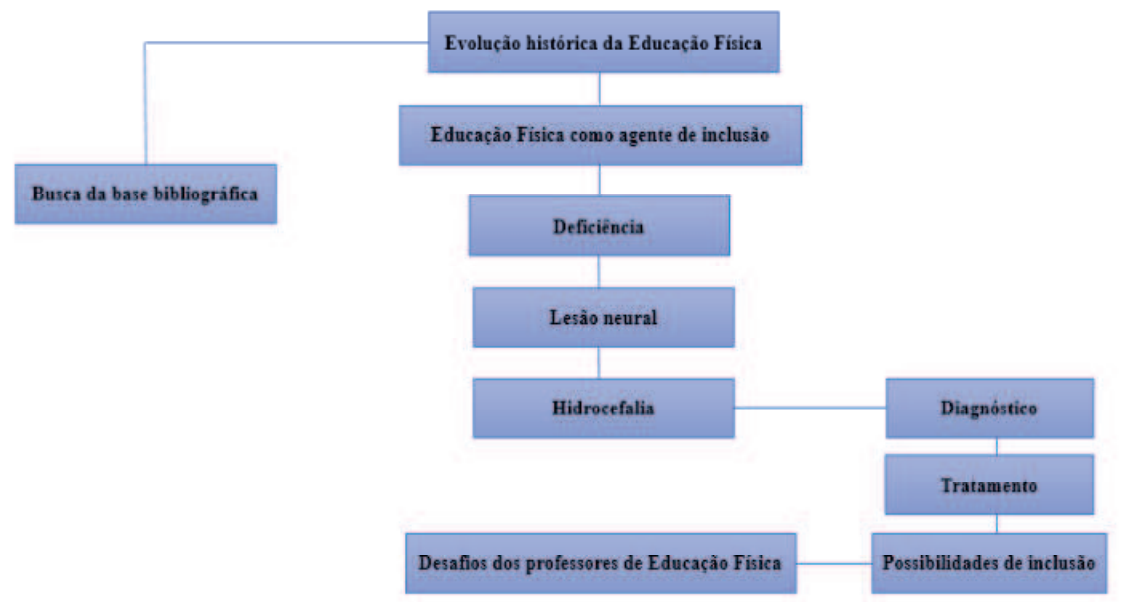
O presente estudo caracteriza-se como um artigo de revisão de literatura de tipo integrativa. Este método de pesquisa é explicada por Mendes et al., (2008), como uma modalidade de pesquisa sistematizada e ordenada de maneira detalhada sobre o tema a ser explorado. Sendo o tema central desse estudo, as dificuldades que os professores de Educação Física enfrentam para auxiliar as pessoas com algum tipo de deficiência, sobretudo no processo de inclusão de portadores de hidrocefalia.

Para que o estudo pudesse ser realizado, a metodologia compreendeu-se a partir de quatro etapas. Sendo estas: 1- Estabelecimento do objeto de pesquisa: Escolhido a partir de

experiência pessoal do autor, diagnosticado, provavelmente de maneira tardia com hidrocefalia, sendo este, professor de Educação Física em formação; 2- Definição literária: Foram considerados válidos para o estudo, artigos ligados ao tema, com o critério de escolha baseados na fidelidade ao tema sugerido, escritos entre os anos de 2007 a 2017; 3- Avaliação dos artigos: Após seleção, os artigos foram lidos e analisados de maneira criteriosa para que o objetivo do estudo pudesse ser atendido; 4- Análise: Os resultados foram analisados e apresentados de modo a atender os questionamentos propostos, bem como oferecer suporte a novas pesquisas sobre o tema.

Abaixo, na figura 01, o fluxograma representa o processo de seleção dos artigos para construção desse estudo:

Figura 1 – Fluxograma processo de seleção de artigos



Fonte: Criada pelo autor (2018).

Levando em conta as etapas citadas anteriormente, foi construída a seguinte problemática de pesquisa: Quais as dificuldades que os professores de Educação Física enfrentam para auxiliar as pessoas com algum tipo de deficiência, sobretudo no processo de inclusão de portadores de hidrocefalia? A partir desta problemática, a seleção da definição literária ocorreu através de acesso às bases do Google Acadêmico e *Scielo*.

Para a busca dos artigos, foram utilizados os seguintes descritores: “Hidrocefalia”, Educação Física inclusiva”, “inclusão do aluno com deficiência”, “hidrocefalia e Educação Física”. Como mencionado anteriormente, os artigos foram selecionados desde que escritos entre os anos de 2007 e 2017 e que, apresentassem aspectos ligados às dificuldades enfrentadas pelos profissionais de educação física para auxiliar pessoas com algum tipo de deficiência, sobretudo no processo de inclusão de

portadores de hidrocefalia. Logo, foram excluídos, todos os artigos que estivessem fora dos dois requisitos anteriores.

Durante a busca da base teórica, foi encontrada significativa dificuldade em encontrar artigos que atendessem o objetivo proposto neste estudo. Mediante isto, foram identificados apenas 15 artigos que abordavam o tema da inclusão do aluno com deficiência, o déficit de aprendizagem causada por uma lesão neural nos variados aspectos do âmbito escolar, sendo 3 destes os que trouxeram mais detalhadamente informações sobre a hidrocefalia. Após as exclusões frente os critérios de seleção, apenas nove artigos foram utilizados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos artigos selecionados para este estudo, foram encontrados apenas 9 artigos que faziam referências ao auxílio de pessoas com déficit de aprendizagem, causados por uma lesão neural, identificando necessidades pedagógicas nas aulas de Educação Física para a inclusão dos alunos portadores de hidrocefalia.

Dos artigos inseridos na revisão entre o período compreendido de 2007 a 2017, constatou-se que o ano de 2010 correspondeu ao período com maior número de artigos publicados (2 estudos), seguido dos anos 2007, 2009, 2012, 2013, 2014, 2015, 2017 com apenas 1 estudo cada.

Foram mapeados para análise os seguintes materiais e seus respectivos estudos: “A inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de Educação Física na educação infantil” (FALKENBACH, et al., 2007); “Cuidado clínico a criança com hidrocefalia: Construção e validação de instrumento para a Sistematização da Assistência de Enfermagem” (ALCÂNTARA, 2009); “Estratégias para o ensino inclusivo de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física” (BEZERRA, 2010); “Perspectivas inclusivas do bebê hidrocefálico na educação infantil” (DRAGO, 2010); “A influência da hidroterapia na qualidade de vida do portador de hidrocefalia” (PIMENTA, 2012); “Caracterização de um aluno portador de hidrocefalia congênita através da coordenação motora, crescimento somático e atividade física” (CALAÇA, 2013); “A importância da Educação Física para os portadores de deficiência intelectual” (VALENGA, 2014); “Educação Física e inclusão escolar” (ZINI, 2015); “Professor na área da deficiência intelectual: Análise da formação na perspectiva docente” (LARA, 2017).

No quadro 01 são apresentados os estudos a partir da descrição dos autores, títulos, tipo de estudo, principais objetivos e ano daqueles que foram selecionados para construção dessa pesquisa.

Quadro 01. Pesquisas selecionadas para construção do estudo

AUTORES	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	ANO	OBJETIVO
FALKENBACH, et al	A inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de Educação Física na educação infantil	Qualitativa	2007	Investigar a ação educativa na tarefa de inclusão de crianças com necessidades especiais na prática regular da educação física.
ALCÂNTARA	Cuidado clínico a criança com hidrocefalia: Construção e validação de instrumento para a Sistematização da Assistência de Enfermagem	Descritivo-analítico	2009	Construir um instrumento para sistematização do cuidado de enfermagem com a criança portadora de hidrocefalia em uso de derivações ventriculares, fundamentado em levantamento científico e consenso de especialistas.
BEZERRA	Estratégias para o ensino inclusivo de alunos com deficiência nas aulas de educação física	Qualitativa	2010	Analisar as estratégias utilizadas pelo professor de educação física, que possuíam alunos com deficiência matriculados em suas aulas, em escolas do Ensino Fundamental da Rede Municipal da cidade de São Luís – MA.
DRAGO	Perspectivas inclusivas do bebê hidrocefálico na educação infantil	Qualitativa	2010	Entender como se dá a inclusão do bebê com deficiência.
PIMENTA	A influência da hidroterapia na qualidade de vida do portador de hidrocefalia	Qualitativa	2012	Verificar a influência da Hidroterapia na qualidade de vida do portador de Hidrocefalia, nomeadamente no que se refere ao valor social, terapêutico e recreativo.

CALAÇA	Caracterização de um aluno portador de hidrocefalia congénita através da coordenação motora, crescimento somático e atividade física	Quantitativa e qualitativa	2013	Esclarecer a influência dos fatores somáticos ambientais no desenvolvimento e desempenho motor da criança com hidrocefalia congénita.
VALENGA	A importância da Educação Física para os portadores de deficiência intelectual	Exploratória e Estudo de caso	2014	Abordar a importância da educação física para um melhor desempenho das pessoas com deficiência mental atendida pela APAE.
ZINI	Educação Física e inclusão escolar	Exploratória	2015	Desenvolver, esclarecer conceitos e ideias, habitualmente envolvendo levantamento bibliográfico e documental.
LARA	Professor na área da deficiência intelectual: Análise da formação na perspectiva docente	Caso múltiplo	2017	Compreender a amplitude da formação do professor especializado na área da deficiência intelectual, revelados pelas fontes de dados organizados e as estratégias selecionadas para alcançar os objetivos desse estudo.

Fonte: Criado pelo autor (2018).

A partir dos artigos pesquisados e selecionados, os mesmos foram analisados de modo a contribuir para o alcance do objetivo desse estudo, sendo este, analisar e discutir as dificuldades que os professores de Educação Física enfrentam para auxiliar as pessoas com algum tipo de deficiência, identificando as reais necessidades pedagógicas empregadas nas aulas para a inclusão dos alunos portadores de hidrocefalia.

Com o passar do tempo, o perfil de Educação Física que era percebido como segregador, assumiu caráter de agente de inclusão, considerando os novos papéis dos educadores. Para Bezerra (2010) a Educação Física enquanto componente curricular se vê na perspectiva de garantir a participação do aluno com deficiência nas aulas e de possibilitar que este desenvolva habilidades que potencializem a cultura corporal dos movimentos. Transformar a individualidade em coletivo faz com que a disciplina se torne uma importante ferramenta na escola, confirmando assim o seu papel de agente de inclusão.

Torna-se válida a discussão sobre as dificuldades encontradas no processo de práticas pedagógicas inclusivas nos quesitos de entendimento, aceitação e organização, conforme Kassar (2005). Para FALKENBACH, et al., (2007) a Educação Física é caracterizada pela sua história voltada para a técnica e a prática seletiva, sem finalidade de inclusão, destacando que

a inclusão pode ser algo extremamente complexo para professores e comunidade escolar. O autor ainda diz que o problema das deficiências e do processo educativo não é apenas do passado, mas do futuro, o que significa ser um problema do presente. As deficiências necessitam de um ambiente novo e criativo a modo de envolver o aprendizado a partir das individualidades.

Diante deste contexto, a Educação Física pode funcionar como disciplina facilitadora no processo de inclusão, pelo fato dos professores terem uma maior liberdade pra organizar os conteúdos ministrados (RODRIGUES, 2003). O professor tem papel fundamental neste sentido, devendo adequar as atividades e os conteúdos a partir da realidade dos alunos, sendo importante desenvolver metodologias de ensino capazes de tornar o aluno com deficiência conhecedor do seu corpo e suas possibilidades. Além disso, Nóvoa (2000) afirma que a escola não é um lugar onde o professor meramente ensina, mas também aprende. Há uma verdadeira troca de experiências, que exige uma constante reflexão entre quem ensina, quem aprende e quem colabora.

Incluir alunos com ou sem deficiência em uma aula de Educação Física vai exigir do professor um leque de atividades. “A Educação Física compreende uma série de conteúdos” (DARIDO; JÚNIOR, 2007). Ao passo que os conteúdos são organizados e planejados, os alunos com deficiência irão compreender suas limitações e melhorar seus desempenhos. Zini (2015) afirma que o inclusivo requer adaptações não somente no meio físico, mas também nos métodos e técnicas de ensino utilizados nos processos educativos. A Educação Física por ter um imenso universo de possibilidades que outras disciplinas não têm, ela tem esse facilitador para trabalhar a inclusão.

É importante o professor ter consciência de que incluir nas aulas de Educação Física não é somente adaptar, mas dar uma perspectiva educacional que venha valorizar a diversidade e construção de uma sociedade inclusiva (CHICON, 2005). A disciplina pode contribuir ou dificultar, quanto à inclusão, dependendo da situação e condição que o aluno é recebido (RODRIGUES, 2006). O que valoriza a Educação Física é a capacidade de percepção de quanto o aluno pode desenvolver sua aprendizagem durante as aulas.

Para Zini (2015) o caminho a ser percorrido pela Educação Física não é tão calmo, existindo obstáculos a serem superados. Como dito anteriormente, a Educação Física era vista como atividade para oferecer disciplina corporal, pelos militares. Além de ser muitas vezes esportista, visando apenas o resultado. Essa imagem da disciplina ainda é encontrada muitas vezes nas escolas, onde os professores não dão atenção para alunos que precisam de um

acompanhamento especial e o conteúdo principal é o esporte sem a inclusão, com objetivo fixo nos resultados.

Para Falkenbach et al., (2007), a escola apresenta um modelo cada vez mais isolador para as crianças com deficiência em relação as crianças consideradas “normais”. O modelo de sistema utilizado separa escolas para pessoas com determinadas deficiências, como por exemplo, escolas de surdos e de cegos. Dividindo este público, indiretamente afastando-os da sociedade e confirmando a ideia de que não devem viver juntos.

Zini (2015) comenta a respeito da acessibilidade, pois muitas vezes existem barreiras que dificultam os alunos chegarem com autonomia nos locais das aulas, como por exemplo, o ginásio. É muito comum encontrar ginásios com escadas ou com rampas muito inclinadas que dificultam o acesso de um cadeirante, por exemplo.

Cruz (2005, p.17) afirma que a busca por escolas inclusivas deve ser uma luta incessante:

almejar uma escola inclusiva significa busca constante de coerência no relacionamento entre questões particulares e gerais, entre o indivíduo e a coletividade, entre os componentes curriculares e a escola, enfim, a fim de que se potencialize a ampliação do espaço de participação social de uma parcela da população sumária e indevidamente excluída do nosso sistema de ensino. O relacionamento entre as características da pessoa, o ambiente físico-social e as tarefas que lhe são propostas não pode ser ignorado quando da implementação de programas escolares, sejam eles direcionados para pessoas portadoras ou não de deficiência.

O professor de Educação Física trabalha diretamente com alunos que possuem necessidades educacionais especiais, dentre estes, destacamos os portadores de hidrocefalia, como objeto de estudo deste artigo.

Portanto, é fundamental que o professor de Educação Física conheça as necessidades de cada aluno, para que possa contribuir com o desenvolvimento destes durante as aulas, levando sempre em consideração as limitações e potencialidades individuais. Borges e Palma (2007) observaram que por se tratar de um público pouco estudado na área da Educação Física, há uma necessidade existirem instrumentos de avaliação para a mesma, para assim se obter melhores resultados oriundos as práticas pedagógicas adotadas.

O conhecimento sobre a hidrocefalia irá ajudar o professor a entender melhor seu aluno, estimulando-o a desenvolver suas capacidades individuais. Para Lara (2017) a formação docente propicia mudanças nas metodologias, no currículo e no planejamento de atividades. A autora ainda afirma que os professores das salas de aulas consideradas comuns, devem receber apoio dos professores especializados em Educação Especial para atuar de forma colaborativa. Após identificar as características do aluno com hidrocefalia, o professor de Educação Física

deve envolver todos os alunos para participarem da aula, sendo desenvolvida de uma maneira mais sutil e prazerosa. Darido (2004) afirma que o professor tem o objetivo de buscar uma autonomia, onde o aluno deverá desenvolver a atividade física mesmo após a aula, como uma maneira de divertimento.

O estudo de Calaça (2013) ressalta a importância do professor de Educação Física fazer testes para conhecer detalhadamente sua população alvo, facilitando a prescrição de atividades e permitindo uma maior eficácia na obtenção de resultados. Os resultados obtidos pelo autor em sua pesquisa afirmam a importância de se ter um planejamento didático para as crianças com hidrocefalia atingirem níveis adequados de coordenação motora para sua idade.

Pinto (2015) afirma que ao lidar com pessoas que têm hidrocefalia, é preciso entender que o cérebro é constituído por áreas distintas, e que cada parte é responsável por uma função, sendo elas a fala, escrita, sentimentos, memórias e pensamentos. Alguns distúrbios da fala e da linguagem podem interferir na capacidade da pessoa em entender e se expressar. Os distúrbios podem resultar em uma incapacidade intelectual, causando assim uma dificuldade em aprender.

Sabe-se que quando o professor tenta instruir grupos de forma separada, problemas no controle da aula são causados, como consequência o aumento na possibilidade de exclusão dos alunos, como afirma a pesquisa de Bezerra (2010).

Cabe ao professor verificar as potencialidades dos alunos com deficiência intelectual, e a partir disso, propor as adaptações necessárias nos métodos e estratégias de ensino, nunca expondo o aluno frente à turma (ZINI, 2015). O professor deve saber trabalhar com alunos com ou sem deficiência, modificando e adaptando os conteúdos, utilizando algumas estratégias específicas, afirma Frug (2001). Buscar sempre se atualizar e conhecer esse universo que são os alunos com deficiência, estando sempre preparado para exercer seu papel de agente inclusivo e social é dever do professor.

Considerando a importância do recurso pedagógico para a inclusão do aluno com hidrocefalia nas aulas de Educação Física, poucos recursos foram encontrados durante a análise dos estudos.

Diante do exposto, considerando a análise dos estudos selecionados para construção dessa pesquisa, é possível compreender o contexto da Educação Física como agente de inclusão, as necessidades dos alunos diagnosticados com hidrocefalia, bem como as dificuldades enfrentadas pelos educadores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, pode-se concluir o quão importante é a função do professor de Educação Física como agente inclusivo nas escolas e nas vidas dos portadores de hidrocefalia. O embasamento alicerçado em publicações, afirma a importância de educar num mesmo lugar, onde as dificuldades não são vistas como problemas, mas como diversidade. Afirmando com propriedade que o professor de Educação Física é fundamental nesse processo.

É exigida do professor uma formação atualizada, para acompanhar o aluno durante seu desenvolvimento. É de extrema importância o professor de Educação Física entender a hidrocefalia, saber como integrar o aluno nas suas aulas. Vale ressaltar, que existem muitos desafios a serem enfrentados, entender que a responsabilidade da inclusão é de um conjunto de ações que envolvem a todos, o aluno, professor, escola, pais e governo.

Diante desse cenário, as maiores dificuldades podem ser percebidas a partir de três aspectos: o entendimento do diagnóstico da Hidrocefalia, a aceitação do portadores oferecendo meios para que esse possa perceber e ser percebido como um aluno sem nenhuma deficiência que o impeça de desenvolver-se e por fim, a organização das atividades que representam o meio para este aluno fazer parte das atividades visando sempre seu desenvolvimento físico, intelectual e social.

Em suma, durante o desenvolvimento deste estudo, ficou claro a carência de pesquisas voltadas para a inclusão de hidrocefálicos através de práticas pedagógicas voltadas para a Educação Física. Podendo ser a falta de conhecimento, especialização e experiência as principais dificuldades para que os professores consigam suprir as necessidades individuais dos alunos com este tipo de lesão neural. Considerando essa escassez nos estudos a respeito do tema, é importante que mais estudos sejam realizados com o intuito de contribuir para uma maior visibilidade e disseminação de práticas pedagógicas fundamentadas no conhecimento necessário para tal finalidade.

5. REFERÊNCIAS

- AGUIAR, J. S; DUARTE, E. Educação inclusiva: um estudo na área da educação física. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, Mai-Ago. v.11, n.2, p.223-240, 2005.
- BEZERRA, Alex Fabiano Santos. **Estratégias para o ensino inclusivo de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física**. Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, 2010.
- BORGES, F. P.; PALMA, L. E. **Avaliação motora de alunos com Hidrocefalia em atividades físicas no meio líquido e terrestre: uma proposta**. Revista digital efdeportes, Buenos Aires, v. 11, n. 105, fev. 2011. Disponível em:< <http://www.efdeportes.com/efd105/avaliacao-motora-de-alunos-com-hidrocefalia.htm>>. Acesso em: 21 de maio de 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF, 2007.
- BRASIL. Ministério Público do Paraná. **Pessoa com deficiência: Conceitos de deficiência**. Disponível em < <http://www.ppd.mppr.mp.br/pagina-41.html>> Acesso em: 17 de maio de 2018.
- BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.
- CALAÇA, Maria João Alves. **Caracterização de um aluno portador de hidrocefalia congênita através da coordenação motora, crescimento somático e atividade física**. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real, 2013.
- CAVALCANTI. D. P; SALOMÃO. M.A. Incidência de hidrocefalia congênita e o papel do diagnóstico pré-natal **J. Pediatr.**, v.79 ,n.2., 2003.
- CRUZ, Gilmar de Carvalho. **Formação continuada de professores de educação física em ambiente escolar inclusivo**. 2005. 229 f. Tese (Doutorado em educação) – Prograqma de Pós-Graduação em Educação Física, da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- DARIDO, S. C. **A educação física na escola e o processo de formação dos não praticantes de atividade física**. Revista Brasileira de educação física especial, São Paulo, v. 18, n. 1, jan./mar. 2004. Disponível em:< www.revistas.usp.br/rbefe/article/download/16551/18264>. Acesso em: 21 de maio de 2018.
- DARIDO, S. C.; JUNIOR, O. M. S. **Para ensinar educação física: possibilidades de intervenção na escola**. Campinas: Papyrus, 2007.
- DUTRA, R. S.; SILVA, S. S. M.; ROCHA, R. C. S. A educação inclusiva como projeto da escola: O lugar da educação física. **Revista Adapta**, Rio Claro, ano II, n. 1, p. 7-12, 2006.

FALKENBACH, A. T.; CHAVES, F. E.; NUNES, P.; DO NASCIMENTO, V. F.; A inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de Educação Física infantil. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v.13; n. 02; p.37-53, maio/agosto 2007.

FRUG, C. S. **Educação motora em portadores de deficiência: formação da consciência corporal**. São Paulo: Plexus, 2001.

GALVÃO, Z. Educação Física Escolar. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, São Paulo, v. 1, n. 1, jun./ set. 2002. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/1350>>. Acesso em: 21 de maio de 2018.

GORGATTI, M. G; COSTA, R.F. **Atividade Física Adaptada**. Barueri - Sp: Manole, 2005

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pessoas com deficiência: adaptando espaços e atitudes**. Disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/16794-pessoas-com-deficiencia-adaptando-espacos-e-atitudes.html>> Acesso em 16 de maio de 2018.

JUCÁ, et al. Tratamento de hidrocefalia com derivação ventrículo-peritoneal: análise de 150 casos consecutivos no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto. **Acta Cir. Bras.**, v.17, supl.3, São Paulo, 2002.

KASSAR, M. C. M. **Matrículas de crianças com necessidades educacionais especiais na rede de ensino regular: do que e de quem se fala?** In: GÓES, M. C. R.

LAPLANE, A. L. F. **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

LARA, P. T. **Professor na área da deficiência intelectual: análise na formação na perspectiva docente**. Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, 2017.

MENDES, E. G. Concepções atuais sobre educação Inclusiva e suas implicações políticas e pedagógicas. In: MARQUEZINI, M. C.; ALMEIDA, M. A.; TANAKA, E. D. O. (Org.). **Educação especial: políticas públicas e concepções sobre deficiência**. Londrina: Eduel, 2003.

MENDES, E. G. **Inclusão marco Zero: começando pelas creches**. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2010.

_____. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem**. São Paulo, 2008.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Tradução de Windy Brazão Ferreira. Porto alegre: Artmed, 2003.

Nações Unidas. **A ONU e as pessoas com deficiência**. Disponível em < <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/>> Acesso em: 17 de maio de 2018.

NÓVOA Antônio. Os professores e as histórias de sua vida. **Vida de professores**. Porto: Porto Editora, 2000.

PIMENTA, E de M. **A influência da hidroterapia na Qualidade de vida do portador de hidrocefalia – Estudo de caso**. Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Ciências Sociais. Braga, 2012.

PINTO, Anna Paula Suesco. **Neurociência na hidrocefalia e os aspectos cognitivos da aprendizagem**. Agosto, 2015

PRATES, M.A.; ZANON-COLLANGE, N. Hidrocefalia. In: BRAGA, F. M.; MELO, P. M P. **Neurocirurgia: Série Guias de Medicina Ambulatorial e Hospitalar**. São Paulo: Manole, 2005.

RODRIGUES, D. (Org.). **Atividade Motora Adaptada: a alegria do corpo**. São Paulo: Artes Médicas, 2006.

RODRIGUES, D.A educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. *Revista da Educação Física, Maringá*, v.14, n.1, p. 67-73, 2003.

SOUSA, N. G. Hidrocefalia: revisão de literatura. *Revista de trabalhos acadêmicos, Brasil*, v. 4, n. 6, 2012. Disponível em: <
<http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=1reta2&page=article&op=viewArticle&path%5B%5D=567>>. Acesso em: 21 de maio de 2018.

SOUZA NETO, Samuel. **A formação do profissional de educação física no Brasil: Uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX**. Departamento de Educação – Instituto de Biociências – Universidade Estadual Paulista – UNESP. Rio Claro – São Paulo, 2004.

Universidade Unigranrio. **Acompanhamento especial**. Disponível em <
<http://www2.unigranrio.br/possoajudar/perguntas/acompanhamento-especial/>> Acesso em 16 de maio de 2018.

ZINI, Rodrigo. **Educação física e inclusão escolar**. Universidade Teológica Federal do Paraná – Especialização em educação: métodos e técnicas de ensino. Medianeira, 2015.